

7 JUL 1987

Política

Sarney

# A PF ouvirá Murad sobre apedrejamento

## AGÊNCIA ESTADO

O genro e secretário particular do presidente José Sarney, Jorge Murad, vai depor ainda nesta semana no inquérito da Polícia Federal do Rio que apura as agressões sofridas pela comitiva presidencial no dia 25, na praça XV. A Polícia Federal ouvirá também os parlamentares que, como Murad, estavam no ônibus junto com Sarney. A principal testemunha, até agora, é a deputada Sandra Passarinho, vice-líder do PFL, que diz ter visto um homem moreno tirar da jaqueta uma picareta, com a qual estilhaçou o vidro da janela em que se encontrava o presidente.

Acusado de principal responsável pelas agressões a Sarney e a sua comitiva, Danilo Groff continua preso em cela especial na Polícia Federal, já que o Superior Tribunal Militar não lhe concedeu ontem, como esperado, o *habeas corpus* impetrado por seu advogado, Nilo Batista. Ao contrário do contraventor Castor de Andrade — que, quando preso na PF, teve direito a televisão, rádio, comida e roupas trazidas de casa —, Groff não pôde receber uma televisão portátil. Foi-lhe permitido apenas um rádio a pilha. Aparelhos elétricos são "terminantemente proibidos"; a polícia alega ter medo de que o preso se suicide ou tome choques.

O advogado de outro dos acusados — Maurício Pentak, líder da CUT preso no DPF — está esperando que o Superior Tribunal Militar se mani-

feste sobre o pedido de *habeas corpus* para Groff. "Se o STM permitir que Groff responda ao processo em liberdade, terá de fazer o mesmo com meu cliente, preso ilegalmente" — afirmou Luiz Guilherme de Moraes, esclarecendo que Pentak foi "apanhado" em sua casa por seis agentes da Polícia Federal que não tinham mandado judicial.

O superintendente da PF no Rio, Fábio Calheiros, continua recusando-se a fazer comentários sobre o assunto. Seus auxiliares não se cansam de repetir que só o ministro da Justiça está autorizado oficialmente a responder perguntas sobre o caso e a dar esclarecimentos.

## BROSSARD

"É impressionante o número de pessoas de suposta respeitabilidade que opina sobre assuntos sérios com a maior leviandade." A afirmação é do ministro Paulo Brossard, da Justiça, em artigo publicado na edição de ontem do jornal *Zero Hora*, de Porto Alegre. Brossard criticou diretamente os segmentos sociais que condenam a aplicação da Lei de Segurança Nacional contra os responsáveis pelos incidentes do Rio envolvendo o presidente Sarney. O ministro considera que "só a ignorância ou a má-fé" podem confundir a LSN decretada em 1969 e a nova lei, promulgada em 1983. A que está em vigor "prescreve, explicitamente, cuidar os crimes que lesam ou expõem a perigo de lesão as pessoas dos chefes dos poderes da União".